

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
3ª Sessão Ordinária de 2015

Dia: 10/02/2015

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 1ª Sessão Ordinária (27/01/2015) e 2ª Sessão Ordinária (28/01/2015).

Processo com julgamento iniciado

- 2) Processo: 0.00.000.001000/2012-79 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alega irregularidades em terceirização de serviços no Ministério Público do Estado do Ceará. Requer que seja determinado prazo para realização de concurso público e providências para criação de novos cargos, bem como concessão de medida liminar, a fim de que seja determinada a sustação de procedimento administrativo, que implique em prorrogação de contratos de terceirização. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Ceará

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista no dia 30/07/2013

- 3) Processo: 0.00.000.001352/2012-24 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

Pedido de Vista em 18/11/2013

- 4) Processo: 0.00.000.001328/2012-95 (Pedido de Providências)
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - OAB/DF nº 16.275; Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior - OAB/PA nº 3.259; Rafael Barbosa de Castilho - OAB/DF nº 19.979; Bruno Matias Lopes - OAB/DF nº 31.490; Roberta Franco de Souza Reis Pinto - OAB/DF nº 26.060
Assunto: Requer a realização de auditoria e inspeção nos sistemas de escuta e monitoramento denominado "Guardião", adquiridos por órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, bem como a análise dos respectivos processos de licitação e aquisição, condições de uso e sua aplicabilidade.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Alessandro Tramuja Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedido de Vista em 03/02/2014

- 5) Processo: 0.00.000.001441/2011-90 (Pedido de Providências)
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT
Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela Lei nº 1.321/2010.
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 09/06/2014

- 6) Processo: 0.00.000.000381/2013-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rodrigo Sousa de Albuquerque - Procurador de Justiça/MG
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a suspensão e posterior desconstituição de ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que concedeu licença a membro do *Parquet*, em caráter especial, para exercício de cargo de Subsecretário de Promoção de Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de Vista em 30/07/2014

- 7) Processo: 0.00.000.000147/2013-22 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação Cearense do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o controle e a revisão de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará, no sentido de que seja determinada a implantação imediata, na folha de pagamento daquele órgão, da diferença de subsídios aos membros do Parquet, que estão ou vierem a ser designados ou convocados para responderem por cargos de entrância ou instância superior, inclusive com o pagamento dos valores acumulados a todos quantos tenham deixado de receber essa diferença.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Ceará
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
- 8) Processo: 0.00.000.001130/2013-92 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Osório Pacheco Alves Filho
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Alegação de excesso injustificado de prazo por parte do Ministério Público Federal, em manifestar-se quanto ao Inquérito 465/STJ, que trata de esquema de corrupção envolvendo a Administração Pública do Estado do Pará.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Pará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 04/08/2014

- 9) Processo: 0.00.000.001393/2012-11 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Hugo Cavalcanti Melo - Procurador de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento, por parte do Ministério Público do Estado de Pernambuco, da Resolução CNMP nº 09/2006, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público, bem como o pagamento da Parcela Autônoma de Estabilidade Financeira, por não compreender o valor do subsídio, conforme a referida Resolução.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad

Pedidos de Vista em 06/10/2014

- 10) Processo: 0.00.000.000394/2011-67 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal nº 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

- 11) Processo: 0.00.000.000328/2012-78 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 12) Processo: 0.00.000.001096/2013-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Henrique Franco Cândia/Promotor de Justiça
Advogado: Luís Marcelo B. Giummarresi - OAB/MS nº 5.119
Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Revisão de Processo Disciplinar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Mato Grosso do Sul
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
- 13) Processo: 0.00.000.001310/2013-74 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
- 14) Processo: 0.00.000.000162/2014-51 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rogério Ferreira da Silva - Promotor de Justiça/SE
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Requer a declaração de ilegalidade de diversos atos praticados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, os quais supostamente violam prerrogativas constitucionais e legais de membro da mencionada unidade ministerial, bem como a análise e eventual reconhecimento de suposta prática de conduta incompatível com o cargo de Procurador-Geral.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

- 15) Processo: 0.00.000.000521/2014-71 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Maria Aparecida Caixeta de Abreu
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer, nos moldes da decisão exarada no Processo CNMP nº 0.00.000.0001545/2012-85, a inclusão da requerente no quadro de servidores efetivos do Ministério Público da União, a qual foi requisitada da Administração Federal para compor a estrutura inicial da mencionada unidade ministerial.

Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 03/11/2014

- 16) Processo: 0.00.000.001146/2014-86 (Pedido de Providências)
Requerente: Cláudio Varella de Souza - Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer providências quanto ao não cumprimento da Lei Complementar nº 34/934 e do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, os quais determinam que os relatórios reservados elaborados quando da realização de correções ordinárias e extraordinárias sejam remetidos ao mencionado Conselho.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de Vista em 17/11/2014

- 17) Processo: 0.00.000.000225/2014-70 (Processo Administrativo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
- 18) Processo: 0.00.000.001285/2014-18 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de uma Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de Vista em 01/12/2014 - 23ª Sessão Ordinária de 2014

- 19) Processo: 0.00.000.002269/2010-19 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Amapá em apurar irregularidades no repasse de contribuições previdenciárias.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Amapá
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 20) Processo: 0.00.000.000648/2014-90 (Embargos de Declaração)
Embargante: Márcio Fernando Elias Rosa – Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Pedido de Providências.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad

Pedidos de Vista em 27/01/2015

- 21) Processo: 0.00.000.001151/2014-99 (Processo Administrativo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001250/2012-17)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF n.º 12.500
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Pedidos de Vista em 28/01/2015

- 22) Processo: 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

- 23) Processo: 0.00.000.000539/2014-72 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rodrigo Fernandes Cruz Humberto
Advogado: Ricardo César Mandarino Barreto - OAB/DF nº 34.716
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer o controle de supostas irregularidades na prova oral do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como que seja concedida ao candidato a pontuação mínima para aprovação no mencionado certame. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Paraná
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad
- 24) Processo: 0.00.000.000574/2014-91 (Pedido de Providências) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000575/2014-36)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará - SISEMPPA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer o imediato cumprimento do artigo 36, da Lei n.º 5.810/94, promovendo, por antiguidade, os servidores do Ministério Público do Estado do Pará, referente ao período de 2011/2013.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
- 25) Processo: 0.00.000.001447/2014-18 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Paes - Desembargador do Tribunal de Justiça/RJ
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 26) Processo: 0.00.000.001509/2014-83 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerentes: Fernando Ferreira dos Santos - Promotor de Justiça/PI
Leida Maria de Oliveira Diniz - Promotora de Justiça/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a devolução dos autos do Procedimento Investigatório Preliminar nº 09/2014 a 35ª Promotoria de Justiça de Teresina, bem como que se considere arguido o impedimento do Subprocurador-Geral de Justiça e de todos os Procuradores de Justiça do Estado do Piauí para a condução do referido Procedimento. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluídos na pauta da 20ª Sessão Ordinária (02/12/2013)

- 27) Processo: 0.00.000.001051/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Maria Iracema Martins do Vale
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer o controle de ato administrativo da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, que determinou a não renovação da requisição de sua servidora Luciana Maria Rocha Sampaio, técnica administrativa, para prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Ceará
- 28) Processo: 0.00.000.000837/2013-81 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inoccorrência de expediente forense.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária (17/02/2014)

- 29) Processo: 0.00.000.001501/2013-36 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 10ª Sessão Ordinária (19/05/2014)

- 30) Processo: 0.00.000.000912/2010-61 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução que visa estabelecer regras sobre o horário de funcionamento dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 31) Processo: 0.00.000.000140/2014-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer que seja verificado, junto ao Ministério Público do Trabalho, se o estabelecimento do prazo de vinte e nove dias nos editais de convocação de membros do Parquet teria como finalidade o pagamento de diárias como outra forma de recebimento de remuneração.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal

- 32) Processo: 0.00.000.000141/2014-36 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001372/2013-86)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa analisar a expedição do Edital n.º 1/2014, da Procuradoria Geral do Trabalho, de teor idêntico àquele cuja nulidade foi declarada por este Conselho Nacional, nos autos do procedimento n.º 0.00.000.001372/2013-86.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)

- 33) Processo: 0.00.000.000235/2013-24 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 34) Processo: 0.00.000.001207/2013-24 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa avaliar a compatibilidade do pagamento da gratificação pela participação em Comissão de Concurso no Ministério Público do Estado de Santa Catarina com o regime de subsídios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 35) Processo: 0.00.000.000356/2014-57 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução, que altera a Resolução CNMP n.º 23/2007, regulamentando os art. 6º, inciso VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 17ª Sessão Ordinária (01/09/2014)

- 36) Processo: 0.00.000.001151/2013-16 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação Piauiense do Ministério Público - APMP
Interessado: Paulo Rubens Parente Rebouças - Presidente da APMP/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer que este Conselho assegure aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí, a percepção do direito à diferença de subsídio, cumulativamente com a gratificação pelo exercício cumulativo de atribuições, bem como que se reconheça os direitos dos membros que fazem jus aos benefícios.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí

Incluídos na pauta da 19ª Sessão Ordinária (06/10/2014)

- 37) Processo: 0.00.000.000800/2014-34 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar o exercício cumulativo de funções de membro do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 3.9.15.1).
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
- 38) Processo: 0.00.000.001157/2014-66 (Consulta)
Requerente: Regina Lúcia de Almeida Rocha – Procuradora-Geral de Justiça/MA
Assunto: Apresenta consulta acerca de situações que possam caracterizar eventual nepotismo no Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Maranhão

Incluídos na pauta da 20ª Sessão Ordinária (03/11/2014)

- 39) Processo: 0.00.000.000704/2014-96 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 22ª e da 23ª Sessões Ordinárias (1º/12/2014)

- 40) Processo: 0.00.000.001339/2013-56 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Servidores da Administração Federal
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer exame da situação funcional dos servidores da Administração Federal que se encontram em exercício no Ministério Público da União como servidores requisitados, com a finalidade de facultar-lhes o direito de lotação nos diversos ramos especializados onde trabalham, e assegurar-lhes idêntico tratamento dispensado a outros servidores em igual situação funcional que tiveram a opção de redistribuição concedida pela administração.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Distrito Federal
- 41) Processo: 0.00.000.00348/2014-19 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Claudia Marcia Freire Lage
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer exame da situação funcional de servidor requisitado da Administração Federal que se encontra em exercício no Ministério Público da União, com a finalidade de facultar-lhe o direito de lotação no quadro de pessoal da referida unidade ministerial e assegurar-lhe idêntico tratamento dispensado a outros servidores em igual situação funcional que tiveram a opção de redistribuição concedida pela administração.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Minas Gerais

- 42) Processo: 0.00.000.000519/2014-00 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jailson Lima da Silva - Deputado Estadual/SC
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer a averiguação de supostas irregularidades no valor dos subsídios pagos aos membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, os quais extrapolam o teto remuneratório.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Santa Catarina
- 43) Processo: 0.00.000.000542/2014-96 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Maria Sônia de Almeida
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer exame da situação funcional da requerente que se encontra em exercício na Procuradoria-Geral da República como servidora requisitada, com o objetivo de enquadramento na carreira do Ministério Público da União à semelhança do que já ocorreu com outros servidores requisitados.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Distrito Federal
- 44) Processo: 0.00.000.000749/2014-61 (Recurso Interno)
Recorrentes: Carolina Scatena do Valle - OAB/SP nº 175.423
Mateus de Oliveira Rossetti - OAB/SP nº 272.340
Priscila Maria Pereira Correa da Fonseca - OAB/SP nº 32.440
Stéphanie Prachthausen Bosch - OAB/SP nº 317.245
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: São Paulo
- 45) Processo: 0.00.000.001181/2014-03 (Procedimento Administrativo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001274/2013-49)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Advogado: Vinícius Menezes dos Santos - OAB/MS nº 14977
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 46) Processo: 0.00.000.001202/2014-82 (Recurso Interno)
Recorrente: Dilton Depes Tallon Netto - Promotor de Justiça/ES
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Espírito Santo

- 47) Processo: 0.00.000.001282/2014-76 (Revisão de Processo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000417/2009-19)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 1.00.001.00117/2011-99-MPF e sua avocação, para que passe a tramitar diretamente perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
- 48) Processo: 0.00.000.001399/2014-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jorge William Fredi
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Assunto: Requer a revisão de ato administrativo que excluiu candidatos do Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Acre na fase de exames médicos, com inclusão do requerente na fase subsequente, consistente em exame psicotécnico. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Acre
- 49) Processo: 0.00.000.001438/2014-19 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, que regulamenta o art. 9º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e o art. 80, da Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 1ª Sessão Ordinária (27/01/2015)

- 50) Processo: 0.00.000.000756/2011-10 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Visa apurar a legalidade de pagamentos de vantagens pessoais feitos pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, em período posterior à entrada em vigor da Lei Complementar nº 058/2003 (Relatório de Inspeção do Ministério Público do Estado da Paraíba - fls. 200).
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 51) Processo: 0.00.000.000036/2013-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, este, sob a relatoria do Conselheiro Leonardo de Farias Duarte.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Rio de Janeiro

- 52) Processo: 0.00.000.001601/2013-62 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Alexandre Monteiro Venditte - Promotor de Justiça/PA
Advogado: Heitor Regina - OAB/SP n.º 9.882
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer o controle da decisão exarada no Procedimento n.º 035/2012/CPJ, pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, a qual suspendeu os subsídios de membro da mencionada unidade ministerial, que se encontra legalmente em licença para tratamento de saúde, bem como a suspensão do PAD n.º 061/2013-MP/CGMP, instaurado em face do mesmo membro. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Pará
- 53) Processo: 0.00.000.000049/2014-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor de Justiça/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a apuração do valor da indenização devida a membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, que utilizam carro próprio em deslocamentos a serviço da instituição, bem como a retificação dos valores das diárias pagas, assegurando o mesmo valor ou valor proporcional aos subsídios a todos os membros do mencionado *Parquet*. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Piauí
- 54) Processo: 0.00.000.000132/2014-45 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 55) Processo: 0.00.000.000133/2014-90 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 56) Processo: 0.00.000.000134/2014-34 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Sergipe
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

- 57) Processo: 0.00.000.001196/2014-63 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000272/2013-32)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB
Advogado: Manoel Pinto - OAB/BA n.º 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Processo CNMP n.º 0.00.000.000272/2013-32, que determinou ao Ministério Público do Estado da Bahia o pagamento aos aposentados e pensionistas da parcela autônoma de equivalência, do período de setembro de 1994 a setembro de 2001.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Bahia
- 58) Processo: 0.00.000.001355/2014-20 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Promotores de Justiça/BA: Adriano Assis; Célia Boaventura; Patrícia Medrado; Rita Tourinho
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer que seja declarada a ilegalidade da Resolução n.º 044/2014, editada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, a qual viola a Lei Orgânica do Parquet do mencionado Estado e a Resolução CNMP n.º 20/2007. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia
- 59) Processo: 0.00.000.001437/2014-74 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução n.º 56/2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 60) Processo: 0.00.000.001523/2014-87 (Pedido de Providências)
Requerente: Douglas Renato F. Graciani
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Requer providências em relação a supostas irregularidades no pagamento de horas extraordinárias, bem como erros quanto à folha de pagamento dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Mato Grosso
- 61) Processo: 0.00.000.001531/2014-23 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa apurar inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

- 62) Processo: 0.00.000.001545/2014-47 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa apurar inércia por parte da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
- 63) Processo: 0.00.000.001569/2014-04 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 64) Processo: 0.00.000.000006/2015-71 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Pará, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 65) Processo: 0.00.000.000007/2015-16 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado de Santa Catarina, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 66) Processo: 0.00.000.000008/2015-61 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Espírito Santo, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 67) Processo: 0.00.000.000009/2015-13 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (10/02/2015)

- 68) Processo: 0.00.000.001809/2013-81(Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gino Martins Borges Bastos - Promotor de Justiça/ES
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer que seja decretada nula e desconstituída a decisão proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 28336/2012, a qual sancionou, por maioria, membro da mencionada unidade ministerial à pena de advertência.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Espírito Santo
- 69) Processo: 0.00.000.000397/2014-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho/SP
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 70) Processo: 0.00.000.000540/2014-05 (Consulta)
Requerente: Geder Luiz Rocha Gomes - Procurador-Geral de Justiça Adjunto/BA
Assunto: Consulta realizada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Estado da Bahia, acerca do alcance da aplicação da Resolução CNMP nº 01/2005, diante do conteúdo da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia
- 71) Processo: 0.00.000.000758/2014-51 (Recurso Interno) (Apensos: Processos CNMP n.º 0.00.000.000768/2014-97; 0.00.000.000770/2014-66; 0.00.000.000773/2014-08; 0.00.000.000780/2014-00; 0.00.000.000791/2014-81; 0.00.000.000846/2014-53; 0.00.000.000854/2014-08)
Recorrente: Arthur Henrique Linhares Calvetti
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto contra a decisão que revogou medida liminar anteriormente concedida, de modo a possibilitar o prosseguimento do IV Concurso Público para Cargos do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
- 72) Processo: 0.00.000.001291/2014-67 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 004/2013-CGMP, que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Rio Grande do Norte

- 73) Processo: 0.00.000.001423/2014-51 (Recurso Interno)
Recorrente: Ênderson Flávio Costa Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Piauí
- 74) Processo: 0.00.000.001425/2014-40 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000968/2013-69)
Requerentes: Anísio Marinho Neto - Procurador de Justiça/RN; Arly de Brito Maia - Procurador de Justiça/RN; Branca Medeiros Mariz - Procuradora de Justiça/RN; Carla Campos Amico - Procuradora de Justiça/RN; Carlos Augusto Caio dos Santos Fernandes - Procurador de Justiça/RN; Darci de Oliveira - Procuradora de Justiça/RN; Darci Pinheiro - Procuradora de Justiça/RN; Geralda Franciny Pereira Caldas - Procuradora de Justiça/RN; Herbert Pereira Bezerra - Procurador de Justiça/RN; Luiz Lopes de Oliveira Filho - Procurador de Justiça/RN; Maria Auxiliadora de Souza Alcântara - Procuradora de Justiça/RN; Maria de Lourdes Medeiros de Azevedo - Procuradora de Justiça/RN; Maria Sônia Gurgel da Silva - Procuradora de Justiça/RN; Maria Vânia Vilela Silva de Garcia Maia - Procuradora de Justiça/RN; Mildred Medeiros de Lucena - Procuradora de Justiça/RN; Myrian Coeli Gondim D'Oliveira Solino - Procuradora de Justiça/RN; Paulo Roberto Dantas de Souza Leão - Procurador de Justiça/RN; Pedro de Souto - Procurador de Justiça/RN; Tereza Cristina Cabral de Vasconcelos Gurgel - Procuradora de Justiça/RN; Valdira Câmara Torres Pinheiro Costa - Procuradora de Justiça/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle de ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, que descumpriu acordo homologado no Processo CNMP nº 0.00.000.000968/2013-69, bem como que o referido Procurador-Geral não deixe de nomear servidores indicados pelos titulares das Procuradorias de Justiça como Assessores Jurídicos Ministeriais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio Grande do Norte
- 75) Processo: 0.00.000.001552/2014-49 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná

- 76) Processo: 0.00.000.001576/2014-06 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em apurar supostas irregularidades em processo licitatório para contratação de profissionais da saúde no Município de Jaraguá do Sul.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Santa Catarina
- 77) Processo: 0.00.000.001613/2014-78 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luzanira Maria Formiga – Procuradora de Justiça no Estado do Ceará
Advogado: Fernando Henrique Melo Formiga – OAB/CE nº 23820-B
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer revisão de decisão do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, exarada nos autos da sindicância nº 21068/2014-1, com anulação parcial da Portaria nº 014/2014CGMP. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Ceará

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público